

ATA da 2ª Audiência Pública relativa à disponibilização de informações sobre o projeto de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no Parque Nacional de Jericoacoara (dia 26/04/2022).

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e dois, teve início audiência pública para apresentação do processo de concessão da estruturação da visitação do Parque Nacional de Jericoacoara, realizada na associação comunitária do Preá, no Município de Cruz/CE. **A audiência teve a condução feita pelo Senhor Robson Eneas, técnico do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES** que inicialmente abriu para manifestações de autoridades presentes. O Senhor Luiz Gustavo Biagioni, Diretor de Criação e Manejo do Unidades de Conservação – DIMAN/ICMBio que agradeceu a presença de todos e informou que a audiência visava garantir a participação popular no melhoramento da proposta de concessão. Senhor Ronei Alcantara, Diretor do Ministério do Turismo frisou que a concessão busca prover infraestruturas e serviços que buscam melhorar o turismo local. O Senhor Leandro Ávila, assessor do Ministério da Economia frisou que é importante a participação dos diversos atores na construção da proposta de concessão. O Senhor Marcelo Brandão, Secretário de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio de Cruz/CE, destacou que a audiência era um importante espaço de discussão sobre a concessão que vem para contribuir com a estruturação do turismo e geração de oportunidades para todas as categorias envolvidas no turismo. Senhor Ricardo Vasconcelos Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Camocim/CE declarou que o Município de Camocim tem uma das maiores extensões de praia do estado, o que deve ser considerado nas discussões, que o Parque Nacional de Jericoacoara engloba três municípios que devem ser ouvidos e que desejava ouvir para entender melhor a proposta e tirar dúvidas. Marcelo Brandão colocou que a concessão agregará valor ao turismo local que deve ser capacitado. Senhora Kelly Cottens Chefe do Parque Nacional de Jericoacoara, agradeceu ao público presente, informou que a consulta pública ao projeto de concessão estava aberta desde o dia seis de abril e ficará aberto até seis de maio para contribuições e lembrou que a concessão visa estruturar o turismo para garantir melhorias para todos. Robson Eneas pactuou com o público que após a apresentação da proposta de concessão seriam abertos blocos de 3 participantes para perguntas e respostas e que aqueles que não conseguissem se manifestar na audiência poderiam se manifestar pela internet. Momento contínuo iniciou a apresentação, projetando o conteúdo para o público. Colocou que o processo vem sendo construído por pelo menos oito instituições dentre elas o BNDES e UNESCO. Colocou que não está em discussão a concessão do Parque, mas sim a concessão de serviços de apoio à visitação. Relembrou que existe uma diferença entre concessão e privatização, sendo a concessão a delegação de determinado serviço ou parte dele à iniciativa privada por tempo determinado e mediante contrato com base na lei das concessões; já privatização é a transferência irrestrita de ativos a um ente privado. Seguiu informando que as parcerias público-privadas tem sido uma importante estratégia para prover estruturas e serviços públicos perante a escassez de recursos públicos e de pessoal. Seguiu informando que o processo de concessão possui um fluxo no qual passa pela avaliação e contribuições da população, do Instituto Chico Mendes e dos órgãos de controle até que seja publicado o edital e projetou o QR Code de acesso aos documentos disponíveis para consulta pública. Durante a concessão serão feitos investimentos na estruturação da visitação estando previsto para o Parque Nacional de Jericoacoara, investimentos de cerca de cento e dezenove milhões de reais em infraestruturas e um bilhão e duzentos milhões para implantação de serviços, em 30 anos. A estruturação contará com a construção de um centro de visitantes no Preá e outro em Jericoacoara, estacionamento coberto na Lagoa Grande e Preá, reforma dos pontos de controle do Mangue Seco e Lagoa

Grande, construção de pontos de apoio à visitação na Árvore da Preguiça e Cavalinho, além de pontos de apoio móveis nas Dunas do Amâncio, Praia do Mangue Seco e áreas de esportes náuticos na Praia do Preá. Todas as estruturas a serem construídas passam por aprovação prévia do Instituto Chico Mendes. Informou ainda que cinco por cento do faturamento bruto da concessionária deve ser revertido para custear ações de recuperação e ações socioambientais no entorno, definidos no projeto como Macrotemas. Destacou que a operação da concessionária gerará em torno de duzentos e vinte e quatro milhões em tributos federais, cento e setenta e cinco milhões em tributos estaduais e dezenove milhões em tributos municipais ao longo dos trinta anos de concessão, além de gerar no mínimo duzentos empregos diretos. Informou que a principal fonte de receita da concessionária é a cobrança de ingresso para acesso aos atrativos o que pode ser verificado em outros Parques já concessionados como o Iguaçu e apresentou tabela com as propostas de valor teto dos ingressos. Esclareceu que os valores serão escalonados gradativamente ao longo dos trinta anos de concessão e reforçou que os valores apresentados são um valor teto que não podem ser excedidos pela concessionária, mas poderia ser cobrado a menor e informou que no dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois o Instituto Chico Mendes decidiu pela gratuidade do ingresso para moradores de Jijoca/CE, Cruz/CE e Camocim/CE. Robson contextualizou que nas projeções de viabilidade estudadas verificou-se um risco de quarenta por cento ao ente privado e que o contrato gerará um repasse de quatro por cento à união ao longo dos trinta anos, além da arrecadação proveniente da outorga inicial. Robson disse que após a celebração do contrato existe um esforço contínuo de fiscalização contratual que visa garantir seu cumprimento e que a fiscalização será feita por meio de acompanhamento de indicadores de desempenho da concessionária, dependendo dos resultados poderão garantir a continuidade da concessão, penalidades e até rescisão do contrato com incorporação ao patrimônio da união as estruturas já feitas pela concessionária. Após a apresentação do projeto de concessão a audiência foi aberta ao público para manifestação, mediante inscrição. A primeiro inscrito, Senhor Roberto Monteiro, agradeceu a exclusão do serviço de transporte do objeto da concessão e questionou se já existe empresas interessadas em assumir a concessão. A segunda inscrita, Senhora Andrea Rovere, representante do serviço de esportes náuticos, questionou qual seria a localização dos centros de visitantes do Preá e de Jericoacoara, sugerindo que seja considerado a possibilidade de as estruturas interferirem no fluxo de vento e prejudicar o local; se os esportes náuticos serão concessionados e como ficará a situação do acesso aos veículos que prestam apoio aos esportistas náuticos. O Terceiro inscrito Senhor Sandro Augusto, taxista argumentou que a concessão vem em momento oportuno, principalmente para melhorar as vias e é bem-vinda. Em resposta ao bloco de perguntas, Leandro Ávila destacou a importância da participação de todos os setores interessados para melhorar a proposta e que estão previstas reuniões com empresas interessadas, que são empresas de grande, médio e pequeno porte, mas que ainda não há um concessionário definido. Robson Eneas descreveu a localização dos centros de visitantes e lembrou que este processo de construção será acompanhado pelo Instituto Chico Mendes, afirmou que a cobrança de ingresso poderá ser realizada fora dos pontos de informação e controle no caso dos esportes náuticos. Kelly Cottens respondeu que a construção do centro de visitantes do Serrote não terá impacto zero, porém será feito de modo a interferir o mínimo possível no ambiente e com arquitetura compatível, não alterando a paisagem de forma mais significativa que as construções já instaladas na área. O Quarto inscrito, Senhor José Maria Brandão, representante dos condutores de turismo de Cruz, questionou qual seria a adequação dos condutores locais junto a concessão, tendo em vista que é um serviço prestado a muito tempo e que sustenta em torno de duzentas famílias. O quinto inscrito, Senhor Virgílio Baia, representante do setor de transportes solicitou que a gestão do Parque Nacional de Jericoacoara verifique a possibilidade de prorrogar as atuais

autorizações de veículos de transporte de passageiros para um prazo de no mínimo dez anos, como garantia de continuidade do serviço e sugeriu que os guias poderiam ser realocados para o setor de transportes. O sexto inscrito, Senhor Gustavo Somensato, colocou que as infraestruturas a serem instaladas devem ser compatíveis com a arquitetura local e o meio ambiente e questionou se existe uma preocupação com o entorno no sentido de adequá-lo ao crescimento do turismo e seus problemas associados. Em resposta ao bloco de perguntas, Kelly Cottens informou que com a proibição da entrada de veículos particulares de visitantes, os condutores terão parte de sua atividade descontinuada e que já vem sendo discutidas as alternativas para minimizar esse efeito, como a realocação dos guias para o setor de transportes, articulação com as prefeituras e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE para capacitar os guias para outras atividades, inclusive serviços da concessionária, sendo esse assunto tratado em um Grupo de Trabalho formado no Conselho Gestor da UC. Informou que não se tem uma resposta no momento para a prorrogação das autorizações de veículos de transporte e que os temas atinentes ao serviço e ao edital de credenciamento serão tratados na câmara temática de transportes, do conselho consultivo do Parque. E por fim refletiu que a concessão não é a solução definitiva para os impactos ambientais do turismo, mas é uma importante ferramenta para minimizá-los. Robson Eneas respondeu que a concessionária será obrigada a destinar recursos para ações de integração ao entorno por meio de ações de recuperação de áreas, capacitação de mão de obra, educação ambiental e temas correlatos. O sétimo inscrito Senhor Carlos Dias, vereador por Cruz/CE, questionou como fica a estabilidade dos pescadores artesanais, guias e veículos de transporte; sugeriu que os veículos particulares pudessem entrar acompanhando por guias credenciados e manifestou preocupação se a concessão realmente ocorrerá em caso de mudança de governo, sendo ela uma forma de organizar o Parque. O oitavo inscrito, Senhor Carlos Evaldo, representante dos transportes (COOPTURPREA), disse que é interessante a discussão sobre a prorrogação das licenças de transportes e que a concessão vem para ajudar na organização e gerar oportunidades. A nona inscrita, Senhora Lucimar Marques, representante do Conselho Comunitário de Jericoacoara e moradores, afirmou que se sente encurralada e que a única preocupação é com Jericoacoara, que embora atrativos como a árvore da preguiça e a pedra furada tenham sido proibida a subida não existe fiscalização, questionou como ficam os guias, as áreas de invasão nas proximidades de Jericoacoara, por que não foi demarcada trilha ligando Preá a Jericoacoara e porque o Parque apenas emite autorizações e mais autorizações para veículos sem critérios. Kelly Cottens esclareceu que a pesca e as áreas de invasão não serão objeto da concessão, sendo esta última tratada em processos administrativos próprios, que a questão dos condutores está em processo de construção de alternativas e que a gratuidade de parentes de moradores será operacionalizada mediante cadastro em formato definido ao longo do processo. O décimo inscrito Senhor Rodrigo Tafarel, representante da categoria de condutores de Jijoca, questionou se a concessionária poderia futuramente exigir novas regras para os veículos atualmente cadastrados, como forma de retirar os operadores e assumir o serviço e agradeceu às observações do vereador Carlos Dias. O décimo primeiro inscrito, Senhor Francisco Juliano, representante do setor reciclagem questionou se o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES viu a possibilidade de investimento nas microempresas locais de tratamento de resíduos sólidos no âmbito da concessão. O décimo segundo inscrito, Senhor Gustavo Passos, representante dos operadores da Rota das Emoções questionou se a concessionária poderá criar exigências que possam interferir na prestação do serviço de transporte já existente; lembrou que o serviço motorizado de apoio aos esportes náuticos é realizado em todo o litoral e questionou como ficará o acesso desses veículos; perguntou como será feito o controle de capacidade de visitação e como serão tratados os veículos de expedições esporádicas e relatou que a categoria dos guias é

uma atividade antiga e que deve ter seu destino bem discutido. A décima terceira inscrita, Doutora Claudia, Procuradora do Município de Cruz/CE questionou se a taxa de turismo de Jericoacoara será mantida e como será o rateio dos impostos pagos pela concessionária aos municípios. O décimo quarto inscrito Senhor Ricardo Vasconcelos, Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Camocim/CE, declarou que não concorda a prorrogação das autorizações de veículos de transporte e o congelamento das autorizações para Camocim e que deve haver uma equiparação no número de autorizados, tendo em vista que oitenta por cento dos passeios realizados no destino Jericoacoara são feitos no município de Camocim. Questionou ainda como será feita a cobrança do ingresso agregando o serviço de transportes e se o Instituto Chico Mendes continuará na gestão do Parque. A décima quinta inscrita Senhora Elaine declarou que já visitou o Parque Nacional do Iguaçu que é concessionado e verificou a importância da concessão para organização do turismo local. Destacou que é importante as pessoas acessarem o site da consulta pública, ler os documentos, em especial o caderno de encargos, e se manifestar no próprio site. Em resposta aos questionamentos Robson Eneas afirmou que a regulamentação dos transportes continuará sendo feita pelo Instituto Chico Mendes e não pela concessionária, que os veículos de apoio do esporte náuticos poderão acessar os “Pontos de apoio ao Kite”, previstos no projeto, e que os veículos de expedições poderão ser objeto de autorização específica do Instituto Chico Mendes. Ronei Alcantara informou que o Ministério do Turismo, por meio do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, disponibiliza uma plataforma para consulta a instituições financeiras cadastradas pelo ministério, com financiamentos a operadores de turismo, no qual os interessados podem ter um panorama de potenciais financiamentos. Colocou ainda que o Ministério, com apoio da Caixa Econômica Federal, está estruturando capacitações a distância para todo o setor. Senhor João Pita, técnico do Ministério do Turismo afirmou que pode ser estudada uma linha de crédito para o setor de transportes local. Robson informou que os tributos municipais em regra são devidos no local onde estão as instalações e são prestados os serviços e que essa cobrança só poderá ser definida quando a concessionária já estiver em fase de instalação. Informou que a gestão dos resíduos sólidos será obrigação da concessionária que pode subcontratar empresas locais para este fim, porém o contato não pode obrigar tal contratação, mas pode ser criada uma diretriz nesse sentido. Leandro Ávila frisou que a participação de todos na construção da proposta de concessão é fundamental e que a consulta pública ficará aberta até dia seis de maio de dois mil e vinte e dois.

Kelly Cottens, agradeceu a presença de todos, destacou a importância da participação de cada um no processo e reafirmou que o Instituto Chico Mendes vai continuar como gestor do Parque por atribuição legal. Esclareceu que expedições que passem pelo Parque podem ser objeto de autorização de eventos já previstas atualmente. Ronei Alcantara descreveu sua contribuição prévia como gerente regional e Diretor no Instituto Chico Mendes e declarou que os servidores do Instituto fazem muito com a estrutura que tem. Em seguida o Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes Luiz Gustavo Biagioni agradeceu a todos, reforçou que a consulta pública está aberta a contribuições até seis de maio de dois mil e vinte e dois, que todos os documentos estão disponíveis na internet para consulta e contribuições e que serão atualizados com as contribuições das Audiências e da consulta. Ressaltou que o processo de construção do projeto de concessão tem sido conduzido de forma participativa para que possa ser estruturado com a contribuição de todos. Encerrou a audiência às doze horas e trinta minutos. Eu Raimundo Nascimento, Agente Temporário Ambiental do Instituto Chico Mendes, sob supervisão da Chefia do parque nacional de Jericoacoara, lavro esta ata na qual estão anexada a lista de presença.

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
CLAUDIA Azevedo Sampaio	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ	(85) 999988060	PGM@CRUZ-CE.GOV.BR
Ricardo José Lima Araújo	PARTICIPANTE		
José Luiz Brandão	ACTUC	(88) 98849778	zequiro@net.com.br
Franisca Falcão de Sousa R.	COAP BRAVO	(99) 993101591	franciscarocha14@gmail.com
Andrea M. Rovere	AJK	(88) 981445462	andreaferi@gmail.com
Franisco Henrique da Conceição	Cavalo Bravo	(88) 999383187	henrik400@hotmail.com
José Ednaldo Paixão Nascimento	Duvinte	(88) 981098876	naldobarrinhas@gmail.com
GUSTAVO Somenzoto	VILA JERICOARA	11 913181415	
Cécile DELANNOY	CONSELHO DA ONÇA Presidente	+33 782367407	
Raimundo Brandão de Souza	Sec. de Agricultura	981349242	
YAU Régis de Lucena	OFF ROAD EXPEDIÇÕES	85 9 99389640	
Letícia Ribeiro de Paiva	Participante	(88) 981930391	RAELEKITELESSONS@GMAIL.COM

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
MARCELO SPANHÃO POSSON	SECTURISMO CRUZ	8P 99608720	marcelo3nunesmarcelo@hotmail.com
FRANCISCO EDIVAN CHAVES	GUIÁ	(88)988794250	
Rodrigo Elias Brandon	COOPTUR PREA	88 981349879	Rodrigo.-elias@hotmail.com
Renuel José T P Sanches	Dune Adventure	(88)981038163	
Ana Rebeca Barros de Sá	COOPTUR PREC	(85) 9958639800	arianaribeiro40@gmail.com
José Alencar Cruz	COMUNIDADE	(85) 999567018	jozalencarcruz@gmail.com
ALEXANDRE R. ASSIS FILHO	PREFEITURA DE CARACARAÍ	(85) 998000232	ALEXANDREMAFILHO2@GMAIL.COM
ANTONIO MARCELLO F. VITAL	COMUNIDADE	88 996339079	MARCELLO@HOTMAIL.COM
José Raldemir de Vasconcelos	Centro Educacional	88-9-95764887	joeducacao@gmail.com
Elias Brumby de Souza	COP BUSCA/ PREA	88988135926	
PEDRO OSTRANO FILHO	COOPTUR PREA	88981010543	OSTRANOFILHO@HOTMAIL.COM
JOÃO MICHAEL ALVES	COOPTUR	851999576393	JE-171

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Davila Mauro	Pouso do Vilaçojo Preá	88 981780561	Luizmaria@gmail.com
Giselle Scavasin	Imóvel A	11 989223050	gisele...
Manoel Vandesli do Nascimento	Coop Tur Preá	11 984131990	Manoel120@hotmail.com
Daniel Jun Jr	PCP - PNE	(88) 997119300	Daniel199555@gmail.com
Roberto Monteiro Mendes	Lado Mar Passagem de Baixo	88 999705796	robertomonteiro53@hotmail.com
VIRGILIO BAIÃO DE MOTA	COOPER JER)	(88) 996869808	COOPERJER)2@gmail.com
Cláudio Ferreira Filho	Coop Tur Preá	88 981585234	claudiofamilia.com4@gmail.com
Alexandro Silva Santos	ovinte	88 981538679	Alexandre@gmail.com
FRANCISCO JOSÉ DE COSTA	ovinte	(88) 993228592	francisco-baleku@hotmail.com
Jose Madaleno Justino	Coop Tur Preá	(88) 99976-4155	Madalenojustino13769@gmail.com
ENSTANO M. SASSER	OFF ROAD expedições	(88) 946011521	trilhatarz@hotmail.com
Luana da P. Conceição	ovinte	(86) 981169755	luannarevere@gmail.com

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
ELAINE CRISTINA DE VASCONCELOS	PREFEITURA	(88) 996005820	elainevasconcelosadv@gmail.com
JOSE LEONAR DE VASCONCELOS	SETUKI CRUZ	1891999282276	leomavos@hotmail.com
Sandro Augusto P de Abil		(85) 98848.0912	007.975.893-25
Edízio Raimundo do Souza		(85) 999186430	424.453.323-04
ANTONIO LUCIANO FERREIRO	COOPERJERI	(88) 998570502	ANTONIO-LUCIANO@LIVE.COM
Maria Eliane Queiroz	WILTONISMO	88999867564	elianequeiroz13@hotmail.com
William Felix Teixeira	COOPTURPREA	85 98690 5654	COOPTURPREA@OUTLOOK.COM.BR
Heliane Costa	CEJ	88 999279998	dianecosta.jr@gmail.com
Carlos Diniz Santos	Camara	88 999140854	carlosdinizsantos@hotmail.com
Antonio Gomes do Santo	Cooperativas	88 996864840	toinhobuggy@gmail.com
Lucimar M. L. Moraes	conselho comunitario	85) 99778 8897	l.
Antonio Manoel Vasconcelos	COOPETAL	(88) 999095522	VASCONCELOSANTONIO@GMAIL.COM



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio
 PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA
 SEGUNDA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA
 Local: Associação Comunitária do Preá, Cruz/Ce Horário: 09:00 hs
 LISTA DE PRESENÇA



Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Francisco Antonio Bonas	COOPTURPREA	88996960190	
ANATOLSON PRATES DA SILVA	GUIAS	88988374396	
ESTEVAN ST. MACUADO	PROPRIETARIO FERRAS	85-987066181	
Daniel do Tingu Machado		85 991520951	
Ednaiziu Rocha do Nascimento	COOPERFEI	88 9.887071901	
Roberto Jr de Almeida	TOPZERI 4x4	88 9 98364084	
Marysny de Almeida	ACT 22	(202) 9294746	
SANZOTOURISMO DO PAULS	CARBOMIL	(85) 9.8849.4100	
José Oliveira de Brito Neto	ADVOGADO	(85) 987021888	
MELQUISEDEC M. DE M.	COMUNIDADE DA VILA	88/ 992972142	v.mellind@gmail.com
Paula Cristina dos Reis	Escola Kite	(88) 981117885	Paula Reis
José Wanderson de Sousa	ESCOLA KITE	(88) 98111-7885	Wanderson Sousa





MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio
 PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA
 SEGUNDA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONCESSÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA
 Local: Associação Comunitária do Preá, Cruz/Ce Horário: 09:00 hs
 LISTA DE PRESENÇA



Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Romero Teixeira Lima		(85) 99816-6064	Romero nro@gmail.com
Marcellus Melo	ADVOGADO	(85) 999647442	marcellosmelo@gmail.com
HELDER TOTA	EEM Raimunda Silveira	(85) 99711-8507	HELDER TOTA@gmail.com
George Luis O. Lopes	E.EM Raimunda Silveira	(85) 931160604	george.lopes@prof.ce.gov.br
JOSOCIVINA ABITONIA M A	ADVOGADO	(85) 98817.1888	ocivinaabitoana@hotmail.com
Franca R de A	ADVOGADA	85 98849.1888	eyanabrito@hotmail.com
JOSYVIAN MELO VARELA	COOPTVA	88 997117795	

